

RECURSO ESPECIAL Nº 1.846.435 - PR (2019/0326929-2)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
RECORRENTE : ANTONIO BENTO SOBRINHO
RECORRENTE : APARECIDO RODRIGUES
RECORRENTE : DERLY AMELIA VIEIRA
RECORRENTE : ELIAS AMARO GRANGEIRO
RECORRENTE : JOSÉ BENEDITO HENRIQUE
RECORRENTE : JOSÉ ROBERTO FERNANDES
RECORRENTE : NELSON ADRIANO
RECORRENTE : PAULO GALERA
RECORRENTE : SÔNIA MARIA SOARES LOPES DE CASTRO
RECORRENTE : VANDREIA CANDIDO
ADVOGADOS : CARMEN GLORIA ARRIAGADA BERRIOS - PR020668
SANDRO RAFAEL BONATTO E OUTRO(S) - PR022788
BIANCA DIB DO VALLE - PR057848
RECORRIDO : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
ADVOGADOS : MARCO AURELIO MELLO MOREIRA - RS035572
CARLA PINTO DA COSTA - RS061655
JOÃO FILIPE PARPINELLI - RS090570
ENEIDA DE CASSIA CAMARGO - PR044759
PAULO ANTONIO MULLER E OUTRO(S) - PR067090
INTERES. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : ELAINE GARCIA MONTEIRO PEREIRA E OUTRO(S) - PR027747

DECISÃO

Preliminarmente, o Supremo Tribunal Federal, concluiu pela existência da repercussão geral da matéria constitucional versada no Recurso Extraordinário 827.996/PR (Tema n. 1.011).

O reconhecimento de repercussão geral, à tese apresentada no mencionado recurso, orienta o sobrestamento destes feitos, bem como a incidência do preceituado nos arts. 1.036 e 1.037, II, do CPC/2015, em face do possível juízo de retratação pela instância de origem.

Ante o exposto, DETERMINO A DEVOLUÇÃO dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte Superior, para que, após a publicação do acórdão do respectivo recurso extraordinário representativo da controvérsia, de acordo com o disposto nos arts. 1.040 e 1.041, § 2º, do CPC/2015: 1) na hipótese de a decisão recorrida coincidir com a orientação do STF, seja negado seguimento ao recurso especial ou encaminhado a esta Corte Superior para a análise das questões que não ficaram prejudicadas, ou, 2) caso o acórdão recorrido contrarie a orientação do STF, seja exercido o juízo de retratação e considerado prejudicado o recurso especial ou encaminhado a esta Corte Superior para a análise das

Superior Tribunal de Justiça

questões que não ficaram prejudicadas, ou, 3) finalmente, mantido o acórdão divergente, o recurso especial seja remetido ao STJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 27 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator